

O Artigo 38 do Estatuto da Corte Internacional de Justiça estabelece como fontes de direito internacional os tratados, o costume internacional, os princípios gerais de direito, as decisões judiciais e a doutrina de juristas renomados. Entretanto, nas últimas décadas o monopólio dessas fontes de direito tem sido questionado pelo surgimento de novas formas de criações de direitos e obrigações no direito internacional, como se percebe a partir dos calorosos debates acerca do status jurídico do chamado Soft Law. O Soft Law abrange um conjunto de acordos ou declarações desprovidos de força vinculante. A presente pesquisa busca identificar como se dá o surgimento e a aplicação das regras do tipo Soft Law no campo específico do direito internacional do investimento estrangeiro. Nesta área de regulação internacional, observa-se uma proliferação de tratados bilaterais de investimento, a incidência de costumes, princípios gerais de direito, assim como decisões judiciais e doutrina. Por outro lado, há uma série de questões que são reguladas por regras de Soft Law, geralmente contidas em declarações e guidelines de organizações internacionais, bem como os próprios códigos de condutas privados criados por empresas transnacionais. Se é correto afirmar que o conteúdo dessas regras não são vinculantes e que seu descumprimento não acarreta sanções em relação aos atores envolvidos – estatais e não-estatais – não se pode afirmar que elas mesmo assim não sejam obedecidas. A pesquisa trabalha com a hipótese da existência de normatividade das regras de Soft Law no campo do direito internacional do investimento estrangeiro. Para tanto, faz-se um levantamento dos espaços normativos sujeitos a regulação por Soft Law no direito do investimento estrangeiro. A metodologia da pesquisa envolve análise de conteúdo de declarações e guidelines de organizações internacionais, códigos de conduta de empresas transnacionais, decisões de tribunais internacionais envolvendo investimento estrangeiro, assim como literatura especializada nacional e estrangeira para buscar identificar o status jurídico das regras de Soft Law neste campo específico de regulação internacional.